# PARA O LATIM: AS RAZÕES QUE PERMANECEM

*Aires A. Nascimento**

Com alguma persistência, e sem que a regularidade haja sido preocupação dominante, temos vindo a realizar encontros mais ou menos alargados em torno de uma disciplina que ao longo dos tempos recebeu estatuto particular de referência nos quadros de formação escolar. Não precisamos de invocar razões especiais para o fazermos além de uma consciência de intervenção que não podemos endossar a outros sem nos iludirmos a nós próprios. Mal-amada por uns, centro de atenções por parte de outros, umas vezes tomada como barómetro para aferir de orientações e equilíbrios de formação, outras vezes mal consentida nos currículos e condicionada na distribuição de tempos e horários, a disciplina de Latim continua a ser objecto de olhares diversos e de interrogações necessárias. Mal irá o nosso mundo quando a indiferença de uns e a apatia de outros se abaterem sobre ela. Roma merece um fim mais glorioso do que a inanição por esgotamento; nem lhe quadra bem a comiseração de algum substituto que domina os seus instintos cruéis porque não se lhe opõe senão a inocência insegura de quem não tem capacidade para discenir o alcance das cedências a que é levado. No entanto, não será demais atentar na ignomínia suprema que constitui a deposição de um

* Professor da Faculdade de Letras de Lisboa.

*CLASSICA* 20, Lisboa, 1994, pp.5-9

Imperador que, chamando-se Rómulo Augústulo (e simbolizando em si o que de mais nobre havia em Roma), cede o lugar com um sorriso de criança, terminando um reinado que não tivera mais de 307 dias. O bárbaro Odoacro, *infantiae misertus, concessit ei sanguinem et, quia pulcher erat, donauit ei (...) sex milia solidos et misit eum intra Campaniam cum parentibus suis libere uiuere*, como funebremente comenta o texto do anónimo Valesiano (*Anon. Vales.* 37). O perigo de ser objecto de uma prodigalidade que consente em deixar viver depois de esgotamento de uma função que se tornara inútil e cara (para utilizar a expressão de Gibbon ao comentar o acto de Odoacro) não é apenas de há 1500 anos. Não queremos nós tão pouco que o efeito de uma "grandeza imoderada" do passado seja o de abrir fossos vazios no presente, por vícios não eliminados das legiões que deveriam defender o *limes* e reagir contra o *credibility gap* dos responsáveis pela Cidade.

Mas, se a nossa adesão interessada a uma causa tem plena razão de ser, ela deve basear-se num conhecimento explícito das formas de integração de uma disciplina e dos meios disponíveis para que o seu ensino possa desenvolver-se com normalidade. Não menos necessário e conveniente será que isso resulte de um diálogo alargado e vibrante em que as situações sejam analisadas em confronto com as experiências de trabalho e nos demos mutuamente conta das razões do nosso querer e do nosso empenhamento.

Não é fácil saber onde procurar um quadro actualizado da situação do ensino da nossa disciplina entre nós. Ainda recentemente, por solicitação de uma entidade internacional, intentámos informar-nos sobre a distribuição do universo desse ensino. Recorremos, como era recomendável às entidades oficiais, nomeadamente às Delegações Regionais de Educação e às Universidades Públicas (incluindo nelas a Univ. Católica). Não podemos esconder que as respostas que obtivemos a quesitos tão simples como era saber qual a população que frequenta Latim no corrente ano lectivo e qual o nível dessa frequência foram mais diversificadas e menos precisas do que alguma vez poderíamos ter previsto. Da Direcção Regional de Educação do Centro obtivemos um quadro minimamente útil, com a distribuição do número de alunos por distritos, num total de 4 131 alunos, dividos por três níveis (2 078 no 10º ano; 1150 no 11º; 903 no 12º); sobre a Região Norte apenas pudemos saber qual a distribuição de núcleos de estágio e a distribuição de estagiários por cada escola; relativamente à Região de Lisboa a nossa informação limitou-se a assinalar quais as escolas onde se lecciona a disciplina de Latim; bem mais

explícitos e precisos foram os dados que nos chegaram das Regiões Autónomas: tanto para a Madeira como para os Açores podíamos saber quais os níveis de ensino e qual a distribuição pelas respectivas escolas; informação semelhante nos foi facultada pelas Universidades Públicas e pela Universidade Católica, ainda que com variantes não desprezíveis.

A dificuldade havida em recolher estes dados mostra-nos como nem sempre podemos contar com os organismos coordenadores para conhecermos a realidade existente e leva-nos obrigatoriamente a termos de nos voltar para os intervenientes directos a fim de colhermos a informação de realidade necessária para uma reflexão subsequente.

Não pretendo com isto arvorar qualquer juízo, mas apenas salientar quanto precisamos de instâncias de contacto para que qualquer reflexão não seja banal ou desarticulada de um realidade vivida ou também para que análises de situações individualizadas não se percam em horizonte limitado, mas se articulem para definir uma actuação de conjunto.

A necessidade de encontros como este estará justificada, à partida, não tanto porque importa clamar que os "bárbaros" estão à porta, mas sobretudo pela consciência individualizada que existe dos problemas e pelas experiências individuais que podem ser partilhadas. Se pudéssemos contar com uma informação estruturada e alargada aos vários níveis de problemas e de situações, provavelmente a nossa reflexão saber como se fazia seria mais precisa e os efeitos mais duradoiros. Creio bem que a articulação que nos últimos anos se estabeleceu entre ensino universitário e ensino secundário, através dos estágios e da preparação didáctica das línguas clássicas, terá contribuído para uma nova consciência dos problemas e sobretudo para um sentido de corresponsabilidade que não podemos deixar de lado. Talvez consigamos obter melhores resultados no estreitamento de trabalho comum, ainda que respondendo a objectivos específicos, contanto que admitamos que não é a diferença de níveis que impede que tais objectivos sejam complementares.

E se o partilhar de experiências comuns é enriquecedor, estará por demais justificada a presença entre nós de ilustres convidados que aceitaram vir partilhar connosco uma reflexão e uma prática de longos anos. Não me compete apresentá-los individualmente, pois isso terá lugar nas sessões em que eles intervierem por parte dos presidentes de mesa. Salientarei apenas que eles estão connosco tanto na qualidade de especialistas como na qualidade de amigos que aceitaram vir até nós e partilhar connosco o empenhamento que vivem por uma causa comum. O

convívio que durante estes dias iremos ter com eles comprovará uma coisa e outra. Quero desde o primeiro momento saudá-los em nome de todos e dizer-lhes quanto a sua presença nos honra e nos estimula. Sabemos que pertencemos a uma mesma comunidade de interesses e de trabalho. Antes de se terem abatido as fronteiras políticas europeias já esses interesses nos uniam e sabíamos que podíamos contar com a colaboração recíproca para analisarmos problemas, definirmos perspectivas, abrirmos caminhos, partilharmos soluções. A aproximação política não transferiu para todos as soluções melhores que neste domínio tinham sido encontradas nalgum dos países da actual União Europeia. Existe antes um perigo de atonia que tendendo para esbater contrastes pode diminuir a riqueza de algumas experiências. O conhecimento das questões reais que continuam a pôr-se às línguas clássicas nos diferentes enquadramentos comunitários constitui mais que nunca um imperativo de sobrevivência. Nalguns países da União Europeia os debates sobre questões de formação escolar e sobre o lugar concedido às nossas disciplinas estão mais vivos que noutros. Tomar consciência deles é factor de prevenção e porventura factor de renovação de perspectivas; é pelo menos tão importante como atender a experiências pedagógico-didácticas mais imediatamente reversíveis que cada uma destas individualidades nos traz como construção sua. Se nos honra a sua presença ela é também certeza de que estes dias serão enriquecedores e garantia de estabelecermos actuações comuns.

Em nome da Comissão Organizadora deste Colóquio quero expressar os nossos agradecimentos a todos eles, mas também a todos os Colegas que se dispuseram a estar presentes e a partilhar connosco as suas reflexões. Seja-me permitido saudar, de modo particular, os nossos Colegas da Universidade de Coimbra que desde a primeira hora aceitaram colaborar connosco numa afirmação clara da corresponsabilidade que nos cabe por igual. Aos professores do Ensino Secundário queremos dizer-lhes que se encontram em casa e garantir-lhes o nosso empenhamento numa causa comum, quaisquer que sejam as condições ou as vicissitudes que se nos deparem.

Aos membros dos Órgãos de Gestão da Faculdade não podemos deixar de exprimir quanto nos conforta a solidariedade manifestada na preparação deste Colóquio.

De entre os patrocinadores impõe-se-nos uma referência muito particular à Fundação C. Gulbenkian, na pessoa do Prof. Doutor J. V. Pina Martins, Director dos Serviços de Educação daquela benemérita institui-

ção, pela compreensão demonstrada relativamente a esta iniciativa e pelo apoio já expresso para a publicação das Actas deste Colóquio. Sem pretender mencionar todas as outras entidades de quem somos devedores, e que de uma maneira ou de outra nos facilitaram meios e espaços para a realização dos nossos actos, até para que qualquer esquecimento não seja interpretado como menos apreço, pelo significado que tem a colaboração recebida e prometida, seja-me lícito referir a Torre do Tombo, nas pessoas do Senhor Director e Senhora Subdirectora, e bem assim as Edições Colibri e a Livraria Arco-Íris que nos acompanham, tal como de outras vezes, na realização de mais este Colóquio.

Resta-me agradecer a presença do representante do Reitor da nossa Universidade. Tanto como uma honra ela é para nós prova evidente de que a reflexão sobre as Línguas Clássicas compromete institucionalmente a própria Universidade a que nos honramos de pertencer. Como tal a interpretamos e por isso lhe solicitamos autorização para darmos início aos nossos trabalhos.